RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
E
CONTAS REFERENTES AO ANO 2008

Parecer Conselho Fiscal de 26 de Fevereiro de 2009

Proposta apresentada pelo Conselho Directivo Nacional
Lisboa, 24 de Fevereiro de 2009

SIGLAS **4**

NOTA INTRODUTÓRIA **6**

I. ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO **7**

A. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA DA OE NAS VÁRIAS COMPONENTES DA POLÍTICA DE SAÚDE E DO SISTEMA DE SAÚDE **7**

1. POLITICAS DE SAÚDE **7**

1.1. Cuidados de Saúde Primários *7*

1.1.1. OBSERVATÓRIO DA OE DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS [OOECSP] 7

1.1.2. ACES/UCC 7

1.1.3. ENFERMAGEM DE FAMÍLIA 8

1.2. Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) *8*

1.3. Urgência/Emergência e Pré-hospitalar *8*

1.4. Saúde Mental *9*

2. MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (MDP) **9**

3. CONFERÊNCIA DE REGULAÇÃO **10**

4. MELHORIA CONTINUA DA QUALIDADE DOS CUIDADOS **10**

4.1. Padrões de Qualidade (PQ) *10*

4.2. Sistemas de Informação em Enfermagem (SIE) *10*

4.3. Gestão *10*

5. DESENVOLVIMENTO DA REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA **11**

5.1. Formação interna *11*

5.2. IX Seminário de Ética *11*

5.3. 4º Ciclo de Debates *11*

5.4. Participações em actividades formativas para enfermeiros *11*

B. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO **12**

1. PARTICIPAÇÃO PRÓACTIVA NO REDESENHO DAS RESPOSTAS ORGANIZADAS ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM **12**

2. INVESTIGAÇÃO **12**

C. REFORÇAR A VISIBILIDADE EXTERNA E CONSOLIDAÇÃO NO TECIDO SOCIAL **13**

1. PUGNAR PELO RECONHECIMENTO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM **13**

1.1. Relacionamento com o Poder Político *13*

1.2. Semanas da Bastonária *13*

1.3. Intervenções decorrentes de situações de invasão de competências dos enfermeiros *13*

1.4. Participação em actividades desenvolvidas por outras organizações *13*

2. COMEMORAÇÕES DO 10º ANIVERSÁRIO DA OE **14**

3. REFORÇO DO DIREITO DOS CIDADÃOS AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM **14**

4. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CIENTÍFICAS E PROFISSIONAIS ENTRE ENFERMEIROS DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DA ENFERMAGEM **15**

4.1. Intervenção a nível Nacional *15*

4.1.1. INTERVENÇÃO DO CE 15

4.1.2. REDE DE JOVENS ENFERMEIROS 16

4.2. Intervenção a Nível Internacional *17*

4.2.1. ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS 17

4.2.2. EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS 17

4.2.3. FEPI – EUROPEAN FEDERATION OF NURSING REGULATORS [FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM] 17

4.2.4. WENR - WORKGROUP OF EUROPEAN NURSE RESEARCHERS [GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA] 18

4.2.5. FNOPE – FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS 18

4.2.6. EFNNMA - European Forum of National Nursing and Midwifery Associations [Fórum Europeu de Associações Nacionais de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica] ... 18
4.2.7. ACENDIO - Association for Common European Nursing Diagnoses, Interventions and Outcomes [Associação para Diagnósticos, Intervenções e Resultados de Enfermagem Europeus Comuns] ... 18
4.2.8. Participação em projectos específicos ... 19
4.2.8.1. Biblioteca Móvel (Mobile Library) ... 19
4.2.8.2. Programa Liderança para a Mudança ... 19
4.2.8.3. Projecto de Formação de Formadores em Tuberculose ... 19
4.2.8.4. Projecto Rapariga Urban- " Girl Child Project" ... 19
4.2.8.5. Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras- "Health Professionals Crossing Borders" ... 20
4.2.8.6. Rede de Enfermagem da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ... 20
4.2.8.7. Migração ... 20
4.2.8.8. Projecto Sistema de Informação do Mercado Interno- "IMI Project" ... 20
4.2.8.9. Cartão Europeu dos Profissionais de Saúde- "HPRO Card" ... 20
4.3. Divulgação de informação ... *20*
5. PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS CNOP ... 20

D. MELHORAR A QUALIDADE ORGANIZACIONAL DA OE / GESTÃO DE RECURSOS ... 21

1. GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM ... 21
1.1. Revista da Ordem dos Enfermeiros ... *21*
1.2. Site ... *21*
1.3. Assessoria de Imprensa ... *22*
1.4. Comemoração de Efemérides ... *23*
1.5. Outras Actividades de Comunicação e Imagem ... *23*
1.6. Banco de Imagens ... *24*
1.7. Resenhas de Imprensa ... *24*
2. GESTÃO DE RECURSOS ... 24
2.1. Recursos Humanos ... *24*
2.2. Recursos materiais ... *24*

II. ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ... 25

1. GESTÃO DE MEMBROS ... 25
1.1. INSCRIÇÕES ... *25*
1.2. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS ... *25*
1.3. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS ... *25*
2. EMISSÃO DE PARECERES ... 26
2.1. Sobre a matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem ... *26*
2.2. Sobre o exercício profissional e a deontologia ... *26*
2.3. Aconselhamento no âmbito do sigilo profissional ... *27*
2.4. Deliberações sobre Pedidos de Renúncia ou Suspensão Temporária de Membros de Órgãos da Ordem ... *27*
2.5. Exercício do Poder Disciplinar ... *27*
2.5.1. Processos Disciplinares transitados do mandato anterior. ... 27
2.5.2. Processos Disciplinares entrados em 2008. ... 28
2.5.3. Total de Processos Disciplinares (transitados do mandato anterior e entrados em 2008) ... 28
2.5.4. Recursos relativos a Processos Disciplinares ... 29
2.5.5. Normalização dos procedimentos relativos à notificação edital ... 30
2.5.6. Assessoria jurídica ... 30
2.6. Processos de Execução ... *30*
3. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE ... 30
4. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS ... 31
4.1. Conselho Directivo ... *31*
4.1.1. Comissão de assuntos Regionais - CAR ... 31
4.2. Conselho Fiscal ... *31*
4.3. Conselho Jurisdicional ... *31*

4.4. Conselho de Enfermagem 31

III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 32

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA 32
PROVEITOS 32
CUSTOS 34
Custo das Matérias Vendidas 34
Fornecimentos e Serviços Externos 34
Custos e Perdas Financeiras 34
Custos e Perdas Extraordinárias 35

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL 36

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIO DE 2008

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2008

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2008

SIGLAS

AAAGQES – AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR
AAM – AUXILIARES DE ACÇÃO MÉDICA
ACENDIO – ASSOCIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICOS, INTERVENÇÕES E RESULTADOS DE ENFERMAGEM EUROPEUS COMUNS
ACS – AGRUPAMENTOS DE CENTOS DE SAÚDE
ACSS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE
AG – ASSEMBLEIA GERAL
AR – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARS – ADMINISTRAÇÃO(ÕES) REGIONAL(AIS) DE SAÚDE
BD – BASE DE DADOS
BM – BIBLIOTECA MÓVEL
CA – CONSELHO(S) DE ADMINISTRAÇÃO
CARED – COMISSÃO DE APOIO À REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA
CD – CONSELHO DIRECTIVO
CDA – CÓDIGO DEONTOLÓGICO ANOTADO
CE – CONSELHO DE ENFERMAGEM
CER – CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAIS
CNIS – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE
CRC – CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO
CIPE – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM
CJ – CONSELHO JURISDICIONAL
CNO – ASSESSOR MINISTERIAL DE ENFERMAGEM (DO INGLÊS, CHIEF NURSING OFFICER)
CNOP – CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS
CRC – CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO
CSP – CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
DGES – DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR
ERS – ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE
EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS
EFNNMA – FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
FEPI – FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM
FNAEE – FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM
FNOPE – FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS
GAP – GABINETE DE ANÁLISE E PLANEAMENTO
GRI – GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
HORATIO – ENFERMEIROS DE PSIQUIATRIA DA EUROPA
HPCB – HEALTH PROFESSIONALS CROSSING BORDERS
ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES)
INSA – INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
IPSS – INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
MDP – MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE
MCTES – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
MTSS – MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL
OE – ORDEM DOS ENFERMEIROS
OOECSP – OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
PALOP'S – PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA
PNAE – ASSOCIAÇÕES DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA DA EUROPA

PNS – **PLANO NACIONAL DE SAÚDE**
PQ – **PADRÕES DE QUALIDADE**
RNCCI – **REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
RMDE – **RESUMO MÍNIMO DE DADOS DE ENFERMAGEM**
ROE – **REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIRO**
SIE – **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM**
SNS – **SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**
SR – **SECÇÃO REGIONAL**
UCC – **UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE**
UMCCI – **UNIDADE DE MISSÃO CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
USF – **UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR**
VMER – **VIATURA MÉDICA DE EMERGÊNCIA E REANIMAÇÃO**
WENR – **GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA**
WHO ou OMS – **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**

NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Actividades e Contas que o Conselho Directivo faz presente à Assembleia-Geral da Ordem dos Enfermeiros é uma síntese das actividades desenvolvidas no plano nacional, ao longo do ano de 2008, primeiro ano do mandato 2008 / 2011.

Do quadro interno e externo em que se desenvolveu o trabalho da Ordem no ano de 2008 merecem destaque, entre outras, a nível interno: a comemoração do 10º Aniversário da OE; a estabilização entre a OE e o MS da proposta de alteração estatutária que há-de permitir a materialização do novo MDP; a Conferencia de Regulação; a concepção do Plano Estratégico do Ensino de Enfermagem 2008-2011e a vinda a Portugal da Presidente do ICN. A nível externo, a alteração ministerial que nos obrigou ao esforço acrescido de (re)iniciar um conjunto de processos relacionados com a politica de saúde continuando, todavia, a acompanhar, a monitorizar e a intervir nas reformas em curso procurando influenciá-las.

Sendo este relatório relativo ao primeiro ano de mandato é importante reter que apesar das dificuldades inerentes à integração dos novos membros dos órgãos, julgamos ser justo reconhecer que atingimos grande parte dos objectivos a que nos propusemos no seu inicio e, do mesmo modo, honrámos o Plano de Acção para o actual mandato

Conscientes de que este é o quadro em que se tem inserido a intervenção da OE e as consequentes actividades que lhe dão suporte, o elencar das mesmas facilmente se torna redutor. Todavia, são parte integrante e integradoras do esforço de prossecução do nosso desígnio fundamental: a promoção da qualidade dos cuidados de enfermagem aos cidadãos e do desenvolvimento, regulamentação e controlo do exercício da profissão.

O Conselho Directivo deseja que este Relatório seja um instrumento de trabalho que permita, por parte dos membros, uma avaliação do trabalho desenvolvido pelos órgãos sociais que há um ano tomaram posse, tendo como base os compromissos assumidos para o mandato em geral e para o ano de 2008 em particular.

I. ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO

A. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA DA OE NAS VÁRIAS COMPONENTES DA POLÍTICA DE SAÚDE E DO SISTEMA DE SAÚDE

1. POLITICAS DE SAÚDE

No quadro global das políticas de Saúde foi elaborado e presente um dossier relativo a todas as vertentes que intervêm directamente na implementação e desenvolvimento da Enfermagem Portuguesa, presente à Ministra da Saúde, Primeiro Ministro, Comissão Parlamentar da Saúde e Comissão Parlamentar da Educação.

De acordo com as prioridades definidas no plano de actividades de 2008 e com as dinâmicas desenvolvidas regista-se como mais relevante.

1.1. CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

A OE manteve um acompanhamento permanente da reforma dos CSP em curso, tendo em vista a participação activa dos enfermeiros, tendo, por um lado desenvolvido a intervenção junto do poder político, Secretário de Estado e Unidade de Missão para os CSP, e por outro as actividades que em síntese se enumeram.

1.1.1. OBSERVATÓRIO DA OE DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS [OOECSP]

- Elaboração e divulgação do relatório do OOECSP 2007;
- Criação da Rede dos Coordenadores / Interlocutores das várias unidades funcionais: constituída lista dos enfermeiros "coordenadores" das USF e Enf.ºs Chefes dos CS visitados até ao momento;
- Reformulação do Guião de Visitas às USF e início do seu planeamento
- Análise DL 28/2008, 22 de Fevereiro – ACES
- Realização de 6 Reuniões Regionais e 2 nacionais
- Reuniões com CDR da Secção Regional do Sul para apresentação e reconfiguração da Comissão Regional
- do Sul do OOECSP, subdividindo-a em três "núcleos": Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve;
- Reuniões com CDR e CER da Secção Regional do Norte para apresentação do Observatório
- Realização de visitas às USF/CS
    - CRSul – 6 visitas (uma de monitorização);
    - CRCentro – 6 visitas (uma de monitorização);
    - CRNorte – ainda em fase de planeamento;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos dispositivos legais das várias unidades funcionais do ACES;

1.1.2. ACES/UCC

- Elaboração da Proposta do Modelo Organizacional da UCC e acompanhamento da sua discussão pública;
- Desenvolvimento da matriz assistencial da UCC;
- Articulação com o GAIRNCCI/EPEL;
- Criação do grupo de Apoio Técnico – Cuidados de saúde Primários (GAT/CSP – Novembro de 2008), definição da estratégia de intervenção e sua divulgação.

1.1.3. ENFERMAGEM DE FAMÍLIA

- Elaboração do suporte documental da OE sobre "Enfermagem de Saúde Familiar" pela CEEC;
- Realização do Simpósio Nacional de "Enfermagem de Família" em Outubro de 2008.

1.2. REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS (RNCCI)

Nesta área o objectivo de trabalho teve como foco central estruturar o acompanhamento da implementação desta Rede o que se concretizou pelo debate da problemática dos CCI a nível do poder político com a entrega do documento "Cuidados Continuados Integrados um referencial", (reuniões em com a Senhora Ministra e com o Secretário de Estado de Saúde e Secretário de Estado Adjunto para a Saúde, respectivamente e com a UMCCI e UMCSP) e com a criação do Grupo de Acompanhamento da Implementação da Rede de Cuidados Continuados e do Exercício Profissional em Lares, que levou a cabo as seguintes actividades:

- Aprofundamento entre os membros do grupo sobre os princípios norteadores da intervenção em CCI e do quadro normativo e jurídico;
- Criação um dossier de informação na sede e em cada uma das SR;
- Definição de estratégias de intervenção concertada, nacional e regionais; nomeadamente a nível da UMCCI e das Equipas Coordenadoras Regionais, assim como dos colegas que integram ECL's EGA's e de algumas unidades prestadoras;
- Construção das matrizes de acompanhamento das visitas institucionais;
- Participação na Reunião Nacional - Cuidados Paliativos, enquadramento, situação, Organização e Perspectivas Actuais, organizada pela UMCCI;
- Participação na discussão pública do Programa de Cuidados Paliativos;
- Participação na reformulação do documento "Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados - Referenciais do Enfermeiro".

1.3. URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E PRÉ-HOSPITALAR

Nesta área de intervenção política do Ministério da Saúde, verificou-se um congelamento claro na reestruturação das Urgências Hospitalares, com sinais evidentes de ruptura em função da ausência de resposta estruturada a montante, por uma efectiva disfunção na implementação da reforma dos CSP.

Por outro lado, verificou-se uma indefinição clara quanto à estratégia de desenvolvimento da emergência pré-hospitalar, anteriormente considerada como factor estruturante da reforma das Urgências. As referências recentes à eventual criação de uma nova carreira de técnico de emergência pré-hospitalar são apenas mais um factor de preocupação nesta área.

Neste quadro foram desenvolvidas as seguintes intervenções:

- Acompanhamento da situação no Serviço de Urgência do Hospital de Aveiro;
- Presença da Sr.ª Bastonária no «Prós e Contras» da RTP 1 dedicado à reforma das Urgências - 7 de Janeiro;
- Visita ao Serviço de Urgência do Hospital Distrital de Faro;
- Comunicado do Conselho Directivo sobre Socorro Pré-hospitalar;
- Tomada de Posição sobre a criação de uma Carreira na área da Emergência Pré-Hospitalar;
- Reuniões com o INEM;

- Posições públicas sobre a reorganização da emergência pré-hospitalar;
- Participação em várias conferências sobre o papel do Enfermeiro na Emergência Pré-hospitalar;
- Reuniões e contactos com diversas associações e colegas da área da Emergência Pré-hospitalar.

1.4. SAÚDE MENTAL

A implementação do Plano Nacional para a Saúde Mental implicou uma intervenção da OE tendo em vista a participação dos enfermeiros. Neste quadro foi realizada uma reunião com o Coordenador Nacional, Prof. Doutor Caldas de Almeida, Onde foi possível:

- Reafirmar a importância das intervenções do enfermeiro especialista em ESMP no novo PNSM;
- Estabelecer perspectivas de trabalho de colaboração institucional tendo sido acordada a realização de um Encontro Internacional em Saúde Mental em 2009.

2. MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (MDP)

A OE assume o MDP, tanto sob o ponto de vista político como profissional, como eixo estruturante do mandato, no desenvolvimento do trabalho realizado nos mandatos anteriores.

No âmbito da continuação da negociação política das alterações estatutárias aprovadas em Assembleia Geral foi possível concluir junto do MS uma proposta de lei a ser presente à AR, assim como firmar o acordo "Condições para atribuição dos títulos profissionais: acordo de princípios".

Nos diversos momentos de trabalho com a AR foi sempre analisada a importância da alteração estatutária para a consecução das atribuições da OE, no quadro das actuais exigências de regulação na área da saúde.

No que concerne à continuação das acções tendentes à Implementação do MDP aprovado, destaca-se, no âmbito da intervenção do CE:

- Enviados convites às Escolas, aos Hospitais, Centros de Saúde, ao IDT e às Associações de Enfermagem, para os representantes institucionais nos grupos de trabalho (Abril);
- Solicitada designação de um elemento do CJ e dois elementos ao CD (Abril) (respondido em Maio);
- Em cada grupo de trabalho participaram as Comissões de Cuidados Gerais, da Formação e das Especialidades bem como dos Conselhos de Enfermagem Regionais;
- Realizados mailings, listagens e agendamentos necessários – conjugação trabalho secretariado do CE, do CD e apoio da Assessoria de Formação da OE;
- Realizado estudo de recursos necessários e ponto de situação. (enviado pelo CE em Maio);
- Decorreram as 4 reuniões iniciais dos grupos – 16, 25 e 26 de Junho e 1 de Julho;
- Os grupos desenvolveram trabalho, com cronograma a terminar a 30 de Setembro. Mas os trabalhos foram chegando em Outubro e Novembro. Um total de 17 contributos;
- Reunião dia 27 de Novembro com os relatores dos grupos. Todos os contributos foram integrados, na medida do possível;
- Apresentação aberta na Conferência de Regulação, mais concretamente nos dias 5 e 6 de Dezembro.

As Comissões de especialidade estão a desenvolver o perfil de competências específicas.

3. CONFERÊNCIA DE REGULAÇÃO

.

- Realização da I Conferência de Regulação da OE donde resultaram as conclusões e compromissos do CE divulgados no site da OE.

4. MELHORIA CONTINUA DA QUALIDADE DOS CUIDADOS

4.1. PADRÕES DE QUALIDADE (PQ)

Foi decidido transformar o projecto de implementação dos Padrões de Qualidade em programa, tendo em vista a sua consolidação e alargamento, Nesse sentido foi assumida a profissionalização do gestor do Projecto, a partir de 1 de Setembro. Destacam-se as seguintes actividades:

- Acompanhamento do trabalho desenvolvido nas instituições onde o programa está a decorrer;
- Realização reuniões CER's;
- Planeamento e formação dos formadores dos CER para o programa Padrões de Qualidade - colaboração do presidente da CEESIP.

4.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM (SIE)

A OE manteve uma dinâmica proactiva nesta matéria procurando influenciá-la de acordo com os princípios que tem vindo a defender, desenvolvendo as seguintes actividades:

- Continuação da Intervenção política junto do Ministério da Saúde, Secretário de Estado e ACSS;
- Desenvolvimento do trabalho com o ICN visando a publicação conjunta das "Normas dos Sistemas de Informação de Enfermagem e do Resumo Mínimo de Dados de Enfermagem";
- Desenvolvimento de um protocolo com a ESEP para a Criação de uma Bolsa de Consultores para o desenvolvimento dos SIE (construção do processo de formação e certificação);
- Criação do Grupo de Acompanhamento dos SIE e elaboração do respectivo regulamento e da matriz para a recolha de informação, a nível nacional;
- Criação da rede de formadores para apoio aos utilizadores CIPE® (Poliedro);
- Reuniões de trabalho com a ACSS para o Mapeamento da CIPE®, versão I / SCD/E; para a Certificação de Aplicações Informáticas de suporte aos sistemas de informação de Enfermagem; para a elaboração do caderno de encargos visando a evolução do SAPE / SAM e para a partilha de dados do RMDE;
- Informação e sensibilização dos Enfermeiros / Organizações de Saúde / Empresas para a Certificação das Aplicações Informáticas de Suporte aos SIE;
- Participação em reuniões e eventos organizados por entidades públicas, privadas ou de natureza profissional relacionados com os SIS/SIE, para clarificação da posição da OE;
- Tradução e preparação da edição do Catálogo da CIPE® "Estabelecer parcerias com indivíduos e as famílias para promover a adesão ao tratamento";
- Tradução dos novos termos constantes da CIPE®, versão 1.1. e preparação da sua disponibilização no Browser do ICN;
- Desenvolvimento do Processo e do Procedimento Administrativo para a Certificação de Aplicações Informáticas de Suporte aos Registos Electrónicos de Enfermagem.

4.3. GESTÃO

As actividades no âmbito específico da Gestão, para além das acções desenvolvidas e assinaladas nos CSP, consistiram na sistematização, por um grupo de enfermeiros, dos contributos para a elaboração de um plano estratégico para esta área de actividade.
Foi promovido um encontro com a Presidente do ICN e os enfermeiros com cargos na Administração da Saúde

5. DESENVOLVIMENTO DA REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA

As actividades no âmbito do desenvolvimento da reflexão ética e deontológica foram de diversa natureza.

5.1. FORMAÇÃO INTERNA

O desenvolvimento da reflexão ética e deontológica de Enfermagem, constitui uma área de intervenção do CJ, cujas actividades visam o necessário suporte à concretização das diversas competências do órgão. Assim realizaram-se:

- Duas acções de formação interna – Encontro de Formação do CJ - para os membros do Conselho Jurisdicional e dos Conselhos Jurisdicionais Regionais (CJRs), em Abril e Junho de 2008, (aberto aos assessores jurídicos regionais e nacional), sobre o exercício do poder disciplinar.

5.2. IX SEMINÁRIO DE ÉTICA

- Realização do IX Seminário de Ética com o objectivo de aprofundar a reflexão ética em Enfermagem. Em ano de comemorações do 10º aniversário da Ordem e da Deontologia Profissional de Enfermagem e de comemoração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Seminário teve como lema: 10 anos de Deontologia; 60 anos de Direitos Humanos.
- Publicação do texto sobre o tema em análise apresentado no final do Seminário, no sítio da Ordem, no dia 10.12.08, data da comemoração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

5.3. 4º CICLO DE DEBATES

- Realização do 4º Ciclo de Debates: em Lisboa, Ponta Delgada, Leiria, Vila Real e no Funchal (Janeiro 2009) com o objectivo de analisar situações concretas da prática profissional de Enfermagem, cujo tema foi: "Deontologia Profissional: casos da prática diária".
- Não se concretizou um 2º debate, na Secção Regional do Sul, em Évora, devido ao reduzido número de inscritos.

5.4. PARTICIPAÇÕES EM ACTIVIDADES FORMATIVAS PARA ENFERMEIROS

Respondendo a solicitações de diversas entidades, o CJ participou em actividades formativas destinadas a enfermeiros, no domínio da Ética e Deontologia profissionais:

- 2ª Reunião de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital de S. João do Porto " - Aula Magna deste Hospital com a área temática: Interrupção Voluntária da Gravidez – Perspectiva Ética e Deontológica;
- Encontro de Cardiologia sobre "ensaios clínicos" em Beja;
- Conferência no Funchal com a área temática "Saúde e Cidadania";
- Formação sobre a área temática "satisfação dos pedidos dos doentes", organizada pelos Enfermeiros do IDT, na Secção Regional do Centro;
- 1º Congresso de Urgência Polivalente do Centro Hospitalar de Lisboa Central;
- Congresso do " Algarve e Andaluzia", sobre a área temática " Dilemas éticos na decisão em Enfermagem."
- Formação para enfermeiros da área da gestão e da Rede de Colaboradores Regionais da OE da SR Açores;
- Acção de formação sobre a área temática " Gestão e responsabilidade profissional face aos direitos e deveres do Enfermeiro Chefe", no Funchal, organizada pela SR Madeira OE;
- Fórum de Ética e Deontologia/Jurisdição no Contexto de Saúde no auditório da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.

B. FORTALECER A INTERVENÇÃO QUALIFICADA NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO

A Formação, enquanto dimensão determinante para uma resposta qualificada aos desafios que a sociedade e a Saúde das populações actualmente coloca, exigiu uma intervenção sustentada no desenvolvimento da profissão em Portugal e nas actuais tendências no campo da educação e da investigação em saúde e em Enfermagem, quer a nível nacional quer internacional.

1. PARTICIPAÇÃO PRÓACTIVA NO REDESENHO DAS RESPOSTAS ORGANIZADAS ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM

Das actividades propostas no âmbito do acompanhamento do Processo de adequação do Ensino de Enfermagem ao processo de Bolonha no quadro das políticas do Ensino Superior, nomeadamente na área da Saúde, o ano 2008 foi claramente marcado pela elaboração de um Plano Estratégico para o EE, decorrente de um compromisso assumido com e pelo MCTES. Esse PEEE encontra-se disponível no site da OE.
Nesse documento, onde se explicita a metodologia seguida, é realizado um diagnóstico assente numa análise interna e na consequente determinação de pontos fortes e fracos e ainda uma análise da envolvente seguida da determinação das ameaças e oportunidades com que nos confrontamos.
É nesta amplo e partilhado diagnóstico que se funda a formulação estratégica, núcleo do plano presente ao Estado Português e aos enfermeiros em Julho 2008.
De salientar ainda que o compromisso atrás referido não foi, até ao momento, honrado pelo MCTES.

A OE apresentou ainda, junto do MCTES, a sua pronúncia relativa ao Regime Jurídico do Título de Especialista – Anteprojecto de Decreto-Lei.

Foi ainda realizado o acompanhamento de processos de formação em áreas emergentes na saúde, tendo sido emitida uma Tomada de Posição em 1 de Setembro de 2008 – "Orientações relativas à administração de vacinas e injectáveis nas farmácias", fundamentada no parecer do CE nº 46/2008 sobre administração de vacinas por farmacêuticos e respectiva formação por enfermeiros .

Acompanhamento do processo de alargamento e validação do Projecto Tuning;

Ainda neste âmbito foram realizadas as seguintes actividades:

- Estudo para a inventariação das prioridades de formação nos diferentes domínios da Enfermagem;
- Participação em múltiplos eventos para o qual foi solicitada a presença da OE

2. INVESTIGAÇÃO

No sentido de garantir a promoção da Investigação em Enfermagem e a integração dos seus resultados nas orientações para a prática dos cuidados de Enfermagem continuou-se a intervenção política junto do MS (Instituto Nacional de Saúde, INSA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).
No que concerne à continuação das acções tendentes à definição de uma Estratégia para a Investigação em Enfermagem, está em curso o estudo tendente à identificação e consequente elaboração de proposta das áreas prioritárias para a investigação científica em enfermagem. Não foi possível realizar o previsto 2º Workshop, em conjunto com responsáveis de Unidades de Investigação & Desenvolvimento em Enfermagem.

Da continuação da dinamização do Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) destacam-se:

- As acções tendentes à disponibilização de Bases de Dados (BD) de trabalhos de investigação de Doutoramentos; Mestrados e Provas Publicas – Solicitação e inclusão dos resumos de trabalhos de investigação dos membros;

- Continuação da disponibilização de BD da área da Saúde e de Enfermagem em texto integral – para além dos dados de utilização que poderão ser consultados no site da OE na área reservada, é justo destacar o aumento exponencial em cada um dos tipos de acessos – Texto integral 38 619 e resumos 41 699;
- Divulgação de informação sobre Prémios/Bolsas de investigação;
- Manutenção da página do CRC no Portal da OE;
- Estimulo à publicação de artigos em revistas indexadas.

C. REFORÇAR A VISIBILIDADE EXTERNA E CONSOLIDAÇÃO NO TECIDO SOCIAL

1. PUGNAR PELO RECONHECIMENTO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

1.1. RELACIONAMENTO COM O PODER POLÍTICO

Para além das actividades desenvolvidas nas várias áreas de intervenção política e profissional que envolveram audiências, há a realçar neste primeiro ano de mandato a apresentação de cumprimentos e a entrega de dossier sobre as questões de relevo para a saúde e para a enfermagem. Nesse contexto a OE teve audiências com Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministra da Saúde (3), Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (1), Secretário de Estado da Saúde (3), Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Saúde (3), Comissão Parlamentar da Educação, Comissão Parlamentar da Saúde e Grupos Parlamentares.

1.2. SEMANAS DA BASTONÁRIA

Realizaram-se as designadas "Semanas da Bastonária" nos Distritos de Faro, Guarda, Braga, Lisboa e Leiria, organizadas pelas respectivas Secções Regionais permitindo, a proximidade com os colegas das várias instituições, a abordagem dos seus projectos e preocupações, a promoção de debates alargados e o desenvolvimento de contactos com entidades responsáveis pela saúde, os cidadãos e representantes do poder local na respectiva área geográfica.

1.3. INTERVENÇÕES DECORRENTES DE SITUAÇÕES DE INVASÃO DE COMPETÊNCIAS DOS ENFERMEIROS

Foram realizadas 3 reuniões com a Ordem dos Farmacêuticos e uma com o INFARMED no quadro da salvaguarda das competências dos Enfermeiros na Administração das vacinas nas Farmácias

Foi elaborada posição e a OE participou na audição da Comissão de Trabalho da Assembleia da República sobre a transposição da Directiva Europeia relativa às qualificações/livre circulação

1.4. PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR OUTRAS ORGANIZAÇÕES

A Ordem foi convidada a participar num total de 366 eventos, promovidos por outras entidades, nomeadamente na área da saúde, educação e investigação. Destes, 103 foram especificamente de Enfermagem, das quais algumas se encontram referenciadas ao longo deste relatório.

Deste total foi dada uma resposta positiva a cerca de 70%. Sendo que a diversidade de solicitações se distribui entre comunicações, representação e participação nas Comissões de Honra de diferentes eventos políticos e científicos.

2. COMEMORAÇÕES DO 10º ANIVERSÁRIO DA OE

O Conselho Directivo constituiu uma Comissão Organizadora das Comemorações do 10º Aniversário da OE. Na mesma estiveram representados os diversos Conselhos, bem como as Secções Regionais. Esta Comissão foi responsável pela preparação de uma proposta de programa de Comemorações que foi submetida a apreciação pelo Conselho Directivo, tendo igualmente acompanhado de muito perto a concretização do mesmo. Assim, e apesar de termos tido assessorias de empresas externas na organização e produção de materiais para os grandes projectos do 10º aniversário (Cerimónias do dia 21 de Abril, cobertura do Dia Internacional do Enfermeiro, Encarte, Exposição «10 anos com a Ordem dos Enfermeiros» e vídeo «Ordem dos Enfermeiros - um contributo para a Saúde em Portugal», respectivamente), foi necessário acompanhar de muito perto todas as actividades inerentes a esta efeméride.

As actividades relacionadas com a comemoração do 10º aniversário foram:

- 21 de Abril – data em que foi publicado o Decreto-Lei que institucionalizou a criação da OE: As celebrações incluíram um almoço com a Comunicação Social com a presença de vários Órgãos da OE e da Dr.ª Maria de Belém Roseira, Dr. Jorge Varanda e Prof. Constantino Sakellarides, em Lisboa. Ao final da tarde realizou-se uma cerimónia comemorativa desta data, que decorreu na Estufa Fria, tendo sido distribuída a brochura «Enfermagem em Portugal - 10 anos da OE»;
- 12 de Maio – Comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro, onde, além do acima referido, foram também criados pendões alusivos à efeméride que foram colocados em algumas capitais de distrito em locais de grande visibilidade publica. As actividades deste dia foram gravadas em vídeo;
- Produção da Exposição itinerante «10 Anos com a Ordem dos Enfermeiros»;
- Produção de Encarte, publicado em Outubro, nos jornais «Público», «A União», «Açoriano Oriental» e «Jornal da Madeira».;
- Vídeo institucional «Ordem dos Enfermeiros - um contributo para a Saúde em Portugal»;
- I Conferência de Regulação – Elaboração de um ofício / programa com ficha de inscrição (57.000 exemplares) enviado a todos os membros na facturação de Novembro, elaboração de 2.500 cartazes distribuídos junto de instituições de saúde, produção de dois k-lines para a entrada do Centro de Congressos de Lisboa e de um k-line para o púlpito do auditório, divulgação junto da Comunicação Social deste evento, que contou com a presença da Enf. Hiroko Minami, presidente do ICN e no seu encerramento com a Ministra da Saúde.

3. REFORÇO DO DIREITO DOS CIDADÃOS AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

No quadro das Comemorações do 10º Aniversário, realizou-se um jantar debate com Associações de Doentes/utentes sobre a temática.

No âmbito da celebração de efemérides, que se apresentarão mais adiante neste relatório, salientam-se aqui, pelo envolvimento de cidadãos na sua concretização, as seguintes actividades:

- Dia Mundial da Criança - 1 de Junho - A Comissão de Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica da OE escolheu como tema central o transporte rodoviário seguro de crianças. O objectivo foi sensibilizar a população para um tema que pretende obter ganhos em saúde, reduzindo a mortalidade associada aos acidentes de viação com crianças. Esta actividade foi realizada em vários pontos do país com a colaboração de enfermeiros de cada Secção Regional da OE. Foram feitos 6.000 folhetos, distribuídos em consultas de pediatria nos grandes hospitais do país e foram feitos 1.000 autocolantes distribuídos nas operações Stop realizadas em algumas cidades do país;
- Dia Mundial do Aleitamento Materno – 1 de Agosto – Semana Europeia do Aleitamento Materno – 6 a 12 de Outubro – teve como lema «Apoiar as mães que amamentam... A caminho do sucesso!». Estas efemérides

foram comemoradas através de várias iniciativas, entre elas sessões de esclarecimento e de sensibilização feitas em 5 praias do continente e ilhas com o apoio das enfermeiras especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, com produção de diverso material de apoio;

- Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – 3 de Dezembro - a OE, através da sua Comissão de Especialidade de Enfermagem de Reabilitação, organizou um conjunto de Peddy-Pappers em vários locais do país, com o interesse de visitar diversas instituições que prestam serviços ao público. O objectivo desta iniciativa foi verificar as condições de acessibilidade, mobilidade e de cidadania oferecidas à população deficiente. O lema escolhido para assinalar esta efeméride foi a «Mobilidade, Acessibilidade, Cidadania».

4. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CIENTÍFICAS E PROFISSIONAIS ENTRE ENFERMEIROS DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DA ENFERMAGEM

4.1. INTERVENÇÃO A NÍVEL NACIONAL

4.1.1. INTERVENÇÃO DO CE

Para além do trabalho desenvolvido na preparação e realização da Conferência de Regulação o CE respondeu a solicitações decorrentes da sua área de competências.

No global, a solicitação de representações requer escolha criteriosa, por questões de tempo e de oportunidade. No total, **58** representações, sendo **23** das quais com comunicação associada:

- "Da definição ao à prática do Parto Normal",
- "Formação e desenvolvimento profissional - percursos e objectivos",
- " Um olhar sobre as competências do Enfermeiro Especialista de SMO",
- "O futuro da especialidade de ESIP",
- "Linguagem classificada em Enfermagem",
- "Os cuidados continuados em pediatria: realidades e perspectivas",
- "Realidades da SMP - o papel do enfermeiro no cuidado ao doente de saúde mental",
- "Competências do enfermeiro de ESMO: do proposto pela ICM à realidade portuguesa" nas I Jornadas de Obstetrícia",
- "Desafios para a formação",
- "Estado Actual da Enfermagem",.
- "Semana de Encontro com Profissionais",
- "Nutrição no Ensino de Enfermagem",
- "Acção de Formação sobre lidar com situações de stress dirigidas a professores",
- "Formação Inicial e Desenvolvimento Profissional",
- "Competências dos Enfermeiros do Bloco Operatório",
- "Especialidades em Enfermagem Perioperatória – De ideias"
- "Competências do Enfermeiro de Cuidados Gerais no Serviço de Urgência",
- "Cuidados Seguros – Perspectivas de Actualidade" –
- "A formação dos Enfermeiros"
- "Modelo de Desenvolvimento Profissional dos Enfermeiros",
- "Programa "Sociedade Civil"" na RTP2

Outra dimensão a ter em conta é a de designação de representantes OE, na área de competências do CE - que implicam contactos, reuniões e acompanhamento das reuniões e dos trabalhos. Foram designados representantes para:

- Participação Net Nursing HIV/SIDA
- Programa Nacional de Prevenção e Controlo de DPOC
- CNAD – Comissão Nacional de Acompanhamento da Diálise
- Programa Nacional para a Saúde da Visão (PNPSVISÃO)
- Grupo de Trabalho: Violência sobre as Pessoas Idosas
- Comissão Nacional de Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos
- Instituto Português da Qualidade - Comissão Sectorial da Saúde (suplente e efectivo)
- DGS – área de Saúde Materna (Preparação para o Parto)
- Comissão de Coordenação do Programa Nacional de Prevenção Sub-grupo Manual de boas práticas de Cuidados Continuados
- Programa Nacional de Controlo da Dor – Comissão Nacional Controlo da Dor
- Grupo para apresentação de estratégias de intervenção da OE sobre cuidados de enfermagem em Estabelecimentos Prisionais (Secção Regional Norte)

De relevar, ainda, a realização de reuniões com as associações profissionais. Até ao momento, as que solicitaram: APEEPH (com presença do CD) - APEER – APEDT.

4.1.2. REDE DE JOVENS ENFERMEIROS

A rede de jovens enfermeiros foi criada no início do mandato da OE 2008-2011 de forma a estabelecer uma relação de proximidade entre a Ordem dos Enfermeiros, os estudantes e os jovens enfermeiros facilitando fenómenos de socialização profissional.
Foram definidos quatro objectivos específicos:

- Identificar preocupações e necessidades dos estudantes e jovens enfermeiros;
- Desenvolver projectos que contribuam para a resolução de situações-problema identificadas;
- Promover a integração de estudantes e jovens enfermeiros em actividades da OE;
- Promover a manutenção, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências.

O grupo, integrando elementos de todas as regiões, foi oficialmente aceite pelo CD em Abril de 2008, tendo realizado a sua primeira reunião a 5 de Junho de 2008 onde definiu o seu plano de acção para o ano, que apresentou ao CD em Julho de 2008 que o aprovou na sua generalidade, e desenvolveu as seguintes actividades:

- Estruturação de uma plataforma de discussão on line o que permitiu que muito do trabalho do grupo se realizasse via electrónica
- Criação e-mail jovensenfermeiros@ordemenfermeiros.pt
- Resposta a todas as solicitações enquadradas no seu âmbito de intervenção incluindo a participação nas seguintes iniciativas:
    - Tertúlia Associação de Estudantes Braga
    - Tertúlia – Semana Distrital SR Centro - Guarda OE
    - Madeira ESEnf. Madeira, e S. José Cluny
    - Tomada de posse FNAEE Leiria
    - ESEnf Coimbra – apresentação aos estudantes no âmbito da vinculação
    - Tertúlia Associação de Estudantes Portalegre
    - ESE Madeira apresentação OE
- Elaboração de carta de apresentação do grupo divulgada nas cerimónias de vinculação do Sul e Centro, com contacto com os jovens enfermeiros e convite à utilização do e-mail .

Foi elaborado o projecto de Estudo e enviados, a partir de Novembro, via email a todos os membros com menos de dois anos de prática profissional o questionário sobre situação profissional de jovens enfermeiros tendo até 31 de Dezembro recebido 700 respostas.

4.2. INTERVENÇÃO A NÍVEL INTERNACIONAL

A actividade desenvolvida no ano 2008 contou para a sua coordenação com o Gabinete de Relações Internacionais (GRI) e teve como finalidades:

- Reforçar a Enfermagem portuguesa no plano internacional, dando prioridade para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no quadro das relações com as Associações de Enfermeiros desses países e da CPLP.
- Manutenção da condição de membro em todas as organizações internacionais e participação em grupos de interesse.

4.2.1. ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS

- A OE apoiou a candidatura da Enf. Maria Augusta de Sousa ao Conselho Directivo do ICN, sendo que este acto eleitoral irá decorrer em 2009, durante o 24º Congresso Quadrienal do ICN;
- Foi entregue a candidatura da cidade de Lisboa para organizar o Congresso do ICN em 2013. Contudo, o Conselho Directivo do ICN seleccionou a cidade de Melbourne, na Austrália, para receber o evento;
- Participação nas reuniões que decorreram em Genebra, em Maio: Encontro de Associações Nacionais, Fórum de Reguladores, Chief Nursing Officers e Conferência de Regulação da WHPA Tríade. Na sequência destas reuniões foi enviada ao ICN uma posição formal dos participantes na reunião da Tríade sobre "Task shifting" (Transferência de tarefas) ;
- Participação no Fórum de Credenciação, que decorreu em Sidney – Austrália - Novembro. Nesta reunião foram abordados temas como, a avaliação de competências para a regulação, a prática inter-profissional e a sua regulação, os papéis das Associações de Enfermeiros e dos Reguladores na definição de padrões e a perspectiva da regulação;
- Participação em Novembro, no Observatório do ICN que teve por base o tema dos desafios que enfrentam os Reguladores em Enfermagem;
- Preparação da participação da comitiva da OE ao 24º Congresso Quadrienal do ICN, que se realizará em Durban na Africa do Sul;
- Preparação e lançamento do Concurso Nacional de Comunicações Livres.

4.2.2. EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS

- Participação nas duas Assembleias-Gerais anuais em Copenhaga e no Chipre, Abril e Outubro.
- O Enf. António Manuel, Coordenador do GRI e Vice-presidente do EFN, esteve presente nas reuniões do Comité Executivo que decorreram em Janeiro e Junho.

4.2.3. FEPI – EUROPEAN FEDERATION OF NURSING REGULATORS [FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM]

- Participação nas duas Assembleias-Gerais ordinárias da FEPI - Madrid e Tessalónica, em Junho e Novembro e na Assembleia-Geral extraordinária que se realizou em Setembro em Bruxelas;

- Participação na 4ª Conferência Internacional da FEPI que ocorreu entre 27 e 29 de Novembro, em Tessalónica, na Grécia;
- Em Setembro, Portugal recebeu em Lisboa, e participou na reunião do Grupo de Trabalho sobre Educação Formação e Competências.

4.2.4. WENR - WORKGROUP OF EUROPEAN NURSE RESEARCHERS [GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA]

- Participação na preparação de um estudo tipo Delphi, em colaboração com o Royal College of Nursing (RCN) e a Associação Alemã de Enfermeiros (DBfK), sobre as intenções e atitudes das associações, membro da EFN, relativamente à área de investigação;
- Participação na reunião anual do grupo;
- Participação da Enf. Marta Lima Basto, em representação da OE, na 13ª Conferência de Investigação sobre «Gestão da Doença Crónica». Setembro, Viena - Áustria.

4.2.5. FNOPE – FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS

A OE coordenou a actividade regular do FNOPE, promovendo a realização de seis reuniões, disseminando, divulgando e recolhendo informação entre os seus membros;
Com a participação da Enf. Judith Oulton, na data directora-executiva do ICN, foi avaliada a participação de Portugal no ICN e o desenvolvimento de trabalho futuro;
A 3 de Dezembro, aquando da I Conferência de Regulação e ainda no âmbito das Comemorações dos 10 anos da OE Enf. Hiroko Minami, presidente do ICN, reuniu com o FNOPE;
Relativamente ao DIE, o FNOPE não fez nenhuma actividade que reunisse todas as associações, apenas se traduziu o kit do DIE do ICN e se colocou o mesmo no site da OE. A celebração desta efeméride foi integrada na comemoração do 10º Aniversário da OE;
Foi iniciado o processo de revisão do regulamento interno do FNOPE.

4.2.6. EFNNMA - EUROPEAN FORUM OF NATIONAL NURSING AND MIDWIFERY ASSOCIATIONS [FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA]

- Participação em Julho no encontro anual da EFNNMA, que decorreu no Uzbequistão.

4.2.7. ACENDIO - ASSOCIATION FOR COMMON EUROPEAN NURSING DIAGNOSES, INTERVENTIONS AND OUTCOMES [ASSOCIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICOS, INTERVENÇÕES E RESULTADOS DE ENFERMAGEM EUROPEUS COMUNS]

A OE realizou a tradução para português da nota de boas vindas da página da ACENDIO passando deste modo Portugal a acompanhar o já existente para outros países.

Participação, em Maio, da Bastonária na Assembleia Mundial de Saúde, integrada na Delegação Oficial Portuguesa. Genebra.

Emissão de parecer por solicitação do Alto Comissariado da Saúde sobre as políticas e linhas de acção nacionais, actuais e futuras, nas matérias que constituem competência da OE no quadro da preparação da Quinquagésima Oitava Sessão do Comité Regional para a Europa

4.2.8. PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS ESPECÍFICOS

4.2.8.1. BIBLIOTECA MÓVEL (MOBILE LIBRARY)

O projecto Biblioteca Móvel coordenado pela Enfermeira Isabel Soares, desenvolvido com a colaboração da Enfermeira Lisete Fradique Ribeiro passou a contar com a colaboração da Enfª Lubélia Melo que ficará em 2009 com a coordenação do projecto.

Em Fevereiro, foi realizada reunião de avaliação com a participação do ICN e programação do lançamento em Cabo Verde e Guiné-Bissau.
A OE solicitou à CPLP a colaboração para o financiamento deste projecto que foi concedido. A pedido da CPLP, participou com uma BM na Exposição do IPAD intitulada «Dias do Desenvolvimento».

Foi elaborado um novo folheto sobre o projecto BM, com edição em português e inglês. O objectivo deste documento foi divulgar a iniciativa em instituições internacionais.

A Coordenadora do Projecto deslocou-se a Moçambique para monitorizar a utilização das BM enviadas anteriormente e assinalar a entrega de mais quatro Bibliotecas Móveis.

4.2.8.2. PROGRAMA LIDERANÇA PARA A MUDANÇA

No âmbito do Programa Liderança para a Mudança (LPM) realizaram-se:

- Os dois workshops finais da 1ª Edição;
- Cerimónia de encerramento da 1º Edição com a presença da Presidente do ICN e do Secretário de Estado Adjunto da Saúde;
- O processo de selecção dos participantes da 2ª Edição, - 37 enfermeiros;
- Os primeiros dois workshops, desta segunda edição;
- 1ª Edição do Curso de Formação de Formadores da Liderança para a Mudança;
- Tradução e publicação do Manual do Formador que suporta a formação referida no ponto anterior.

4.2.8.3. PROJECTO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM TUBERCULOSE

A OE colaborou na tradução e revisão de publicações ligadas a este projecto e apoiou a participação da Enf. Tânia Monteiro na Formação de Formadores que o ICN organizou assim como na formação de formadores na área da tuberculose, em Moçambique

4.2.8.4. PROJECTO RAPARIGA URBAN- " GIRL CHILD PROJECT"

Conclusão do projecto do ICN Rapariga Urbana, coordenado pela Comissão de Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, e elaboração de síntese a apresentar no 24º Congresso Quadrienal do ICN, em Durban, 2009.

4.2.8.5. PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRANSPONDO FRONTEIRAS- "HEALTH PROFESSIONALS CROSSING BORDERS"

A OE acompanhou iniciativas decorrentes da concretização das estratégias definidas nas conferências Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras (Health Professionals Crossing Borders - relativas à mobilidade transfronteiriça de profissionais de saúde e suas implicações).

4.2.8.6. REDE DE ENFERMAGEM DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Reunião com a Alta Comissária para a Saúde no quadro da colaboração da Ordem para o desenvolvimento da Rede de Enfermagem.
- Participação da Bastonária na reunião de ministros da CPLP em Cabo Verde, aonde apresentou o projecto da Biblioteca Movel, tendo sido este assumido na declaração final (Declaração da Praia), tendo em vista o plano de cooperação para a saúde.
- A OE, em parceria com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa, começou a preparar o Curso de Gestão para Enfermeiros Directores. Este curso, coordenado pela Enfª Lubélia Melo, tem como objectivos a melhoria da gestão em Enfermagem dos hospitais de Angola e destina-se aos actuais Enfermeiros Directores dos hospitais daquele país.

4.2.8.7. MIGRAÇÃO

Foi concluído o estudo «Enfermeiros Estrangeiros em Portugal», traduzido para inglês. As duas versões foram disponibilizadas no site da OE. A versão inglesa foi distribuída na Assembleia Mundial de Saúde e nas reuniões do ICN já referidas. O documento foi divulgado na página do ICN e teve referência no relatório da Agência Europeia de Direitos Fundamentais (FRA) (http://fra.europa.eu/fra/material/pub/ar08/ar08_en.pdf). Foi enviado resumo para o Congresso de 2009 do ICN.

4.2.8.8. PROJECTO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO- "IMI PROJECT"

A OE esteve presente a convite da Agência para a Modernização Administrativa aonde foi apresentado o projecto IMI o qual integrou a Enfermagem a partir do final do Ano.

4.2.8.9. CARTÃO EUROPEU DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE- "HPRO CARD"

A OE participou numa sessão deste projecto que decorreu em Lisboa em Outubro.

4.3. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Foi criada a Newsletter GRI, como veículo de transmissão de informação sobre questões internacionais.
Ao longo do ano foram enviadas nove newsletters.

5. PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS CNOP

Como membro do CNOP, a OE participou em 6 reuniões. Das matérias que foram alvo de preocupação e intervenção comum, destacam-se: as questões relacionadas com a Lei das Associações de Direito Publico; as implicações para a regulação profissional quer do processo de Bolonha, quer das diferentes directivas europeias nomeadamente as relativas à circulação de pessoas e serviços.

D. MELHORAR A QUALIDADE ORGANIZACIONAL DA OE / GESTÃO DE RECURSOS

1. GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) da Ordem dos Enfermeiros (OE) tem como principal objectivo melhorar a proximidade da OE com o seu público externo - os enfermeiros portugueses ou de outras nacionalidades, desde que exerçam no nosso país; a sociedade civil; os parceiros do sector da Saúde; os diversos órgãos de Soberania; e os órgãos de Comunicação Social - e, simultaneamente, fomentar um clima de simpatia e colaboração com o seu público interno - órgãos e grupos que constituem a Ordem dos Enfermeiros.

Além de promover as diversas actividades desenvolvidas pela OE e de divulgar as tomadas e enunciados de posição, reacções e pareceres junto dos membros e da população em geral, o GCI procura aumentar, de forma progressiva, a visibilidade da OE na sociedade portuguesa, enquanto elemento que zela pela qualidade dos cuidados de Enfermagem e instituição representativa de um grupo profissional decisivo na prestação de cuidados e no funcionamento dos serviços de saúde.

1.1. REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIROS

Em 2008, a OE publicou três edições da Revista:

- ROE 28 - Março de 2008 - Edição especial dedicada ao Conselho de Representantes Nacionais e às Conferências do ICN 2007 - Lidando com o Inesperado - efectuado em Maio e Junho de 2007, em Yokohama (Japão);
- ROE 29 - Maio de 2008 - Edição especial dedicada ao VIII Seminário de Ética, realizado na FIL (Lisboa), a 28 de Setembro de 2007;
- ROE 30 - Outubro de 2008 - Edição regular que se debruçou, entre outros aspectos, sobre as comemorações do 10º aniversário da Ordem dos Enfermeiros Esta edição da ROE também prestou homenagem à Enf.ª Mariana Diniz de Sousa, distinguida com o Prémio Nacional de Saúde 2008;
- A ROE 31 - Dezembro de 2008 - Edição especial dedicada ao IX Seminário de Ética que será publicada já em 2009.

O acréscimo de trabalho que o GCI teve ao longo deste ano em todas as suas vertentes, mas muito especialmente no que às comemorações do 10º Aniversário disse respeito foi em grande medida responsável pelo atraso significativo das edições deste ano.

1.2. SITE

Não obstante algumas deficiências e limitações (identificadas ao longo do tempo), o site da Ordem dos Enfermeiros continua a ser um dos veículos de informação privilegiados.
No ano em que se assinalou o 10º aniversário da Ordem dos Enfermeiros, foi criado um microsite dedicado à efeméride. Esta área obteve 6752 visualizações desde que foi disponibilizada, em Abril de 2008.

Foram contabilizadas 61.758 consultas ao site da OE

1.3. ASSESSORIA DE IMPRENSA

Ao longo de 2008, diversas foram as ocasiões em que promovemos um relacionamento mais directo com a Comunicação Social e a divulgação das actividades da OE. Entre elas encontram-se:

- Presença da OE nos programas de televisão:
  - «Etnias» da SIC sobre imigração;
  - «Sociedade Civil» da RTP 2 sobre Vacinação;
  - «Sociedade Civil» (RTP2) sobre duplo emprego em Enfermagem;
  - «Sociedade Civil» da RTP 2 sobre Diabetes na infância e adolescência;
- Presença da Sr.ª Bastonária nos programas de televisão:
  - «Prós e Contras» - reforma das Urgências;
  - «Especial Informação - Sentença de Vida»;
  - Comentário de actualidade na SIC Notícias;
  - «Sociedade Civil» da RTP 2 sobre custos e reforma do Serviço Nacional de Saúde;
  - Directo feito pela SIC a partir do Centro de Saúde de Oeiras, relacionado com o 10º aniversário da OE;
  - «Prós e Contras» sobre «Sociedade da Nação»;
- Visitas da Sr.ª Bastonária
  - Visita ao Serviço de Urgência do Hospital de Aveiro;
  - Visita ao Serviço de Urgência do Hospital Distrital de Faro onde foi comunicada posição do Conselho Directivo sobre a reestruturação daquele serviço de Urgência;
  - Serviço de Ginecologia / Obstetrícia do Hospital de São João e ao Centro de Saúde da Régua e Consulta Aberta do Hospital da Régua;
- Divulgação das seguintes iniciativas:
  - Audiências com o Presidente da República, com o Primeiro-Ministro, com a Ministra da Saúde, com os Secretários de Estado da Saúde e com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Reunião com o Presidente do INEM ;
  - Lançamento do projecto Biblioteca Móvel em Cabo Verde e na Guiné Bissau;
  - Divulgação dos resultados do Observatório da OE para os Cuidados de Saúde Primários ;
  - Conferência de Imprensa sobre a apresentação da Proposta de Modelo de Unidade de Cuidados na Comunidade e comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro;
  - Lançamento do «Dor - Guia Orientador de Boa Prática» no Hospital de São João;
  - Cerimónias de Vinculação à Profissão nas cinco Secções Regionais;
  - IX Seminário de Ética;
  - Inauguração da Exposição «10 anos com a Ordem dos Enfermeiros»;

Foi feita a divulgação dos diversos acontecimentos e tomadas / enunciados de posição / reacções da Ordem dos Enfermeiros junto dos diversos órgãos de Comunicação Social, através de 79 press releases.

De acordo com os dados recolhidos aquando da elaboração das resenhas de imprensa, foram publicadas 1.081 notícias com referência à Ordem dos Enfermeiros - ou seja, uma média de 2.95 notícias por dia (nos 366 dias de 2008). A maioria refere-se a artigos da imprensa escrita nacional e regional. A título meramente comparativo, recordamos que, em 2007, foram contabilizados 589 artigos com referências expressas à Ordem dos Enfermeiros e, em 2006, foram contabilizados 431 artigos.

O acréscimo significativo da expressão da OE, em 2008, pode justificar-se através de múltiplos factores, dos quais destacamos:

- Várias iniciativas inerentes ao final de um mandato e ao início de outro;
- Progressivo aumento de actividade da OE, considerando nomeadamente as iniciativas integradas no programa de comemorações do 10º aniversário, bem como audiências e reuniões várias com os responsáveis máximos da Saúde, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Governo e Assembleia da República;
- A pronta reacção da OE, a temas polémicos ou na ordem do dia em relação aos quais é convidada a tecer comentários ou toma a iniciativa de emitir comunicados à Comunicação Social (algo que tem vindo a intensificar-se ao longo do tempo);
- A colaboração periódica de membros dos órgãos sociais regionais na imprensa regional (acordos estabelecidos entre Secções regionais e imprensa regional).

1.4. COMEMORAÇÃO DE EFEMÉRIDES

As efemérides assinaladas pela OE, em 2008, foram as seguintes:

- Dia Mundial do Combate à Tuberculose – 24 de Março – Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Mundial da Saúde – 7 de Abril – Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Internacional da Parteira e dos enfermeiros especialistas em ESMO - 5 de Maio - Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Internacional do Enfermeiro (DIE) – 12 de Maio – Este ano, como comemorámos os 10 anos de existência da OE, este dia inseriu-se nas comemorações. À semelhança dos anos anteriores, foram feitos 2.500 cartazes dirigidos às instituições de saúde para exposição pública. Tal como nos anos anteriores, o GRI tratou de traduzir a brochura do ICN intitulada «Servir a comunidade e garantir qualidade: os enfermeiros na vanguarda dos cuidados de saúde primários» que foi divulgada no site da OE. Foi produzido um spot de rádio com 30 segundos e exibido no Rádio Clube Português e Rádio Renascença;
- Dia Internacional da Família - 15 de Maio - Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Mundial da Imunização - 9 de Junho - Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Nacional de Luta contra a Dor - 14 de Junho (lançamento de guia - Caderno OE - Sério I, Número 1);
- Dia Internacional da Juventude - 12 de Agosto - Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Internacional das Pessoas Idosas – 1 de Outubro - Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;
- Dia Mundial da Saúde Mental – 10 de Outubro – teve como lema «Integrar e incluir as pessoas com problemas de Saúde Mental» e para o efeito foram produzidas 5 telas / banners distribuídos pelas Secções Regionais da OE e Sede com a excepção da Secção da Madeira, por não ter estrutura.
- Dia Internacional dos Direitos Humanos - 10 de Dezembro - Este dia foi assinalado através de artigos / informações que foram disponibilizados no site da OE;

1.5. OUTRAS ACTIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Organização, em conjunto com o GRI, de um Media Training para o primeiro curso do LPM;
ExpressOE - Fevereiro, Maio e Setembro - Devido à necessidade de fazer chegar informação específica e atempada aos membros, o Conselho Directivo da OE decidiu sobre a produção de três números do ExpressOE em 2008;

Participação na Saúde Portugal Expo II - Abril - Além da assessoria de imprensa / cobertura do evento no que à OE dizia respeito, o GCI esteve envolvido na elaboração da brochura «Enfermagem em Portugal - 10 anos da OE»;
Publicação dos Cadernos OE - Série I - Número 1 - com o «Dor - Guia Orientador de Boa Prática»; Foi decidida a publicação do Número 2 desta série - «Guia de Boa Prática de Cuidados de Enfermagem à Pessoa com Traumatismo Vertebro-Medular» -, tendo o documento já sido revisto. Aguarda publicação;
IX Seminário de Ética - Setembro - Produziu-se um ofício / convite (54.500 mil exemplares) enviado aos membros juntamente com a facturação de Agosto, 2.500 cartazes para a divulgação nas instituições de saúde e um programa do evento (1.000 exemplares) para colocar nas pastas do seminário. Fez-se assessoria de imprensa / cobertura do evento e informação para o site em tempo útil;
Cerimónias de Vinculação - Setembro e Outubro - Essencialmente assessoria de imprensa e coordenação de informação com as cinco Secções Regionais;
Simpósio «Enfermagem de Família» – 11, 18 e 25 de Outubro – o GCI preparou a elaboração de 1.500 cartazes relativos à realização nas SRN, SRC e SRS de um simpósio sobre Enfermagem de Família. Os cartazes foram enviados a centros de saúde, com pedido expresso da divulgação ser feita também ao nível das Unidades de Saúde Familiar;
Ciclo de Debates - Produção de 2.500 cartazes sobre este evento, que foram enviados em Setembro às instituições de saúde habituais e distribuídos pelas Secções Regionais;
Encerramento do LPM - acompanhamento de uma sessão ligada aos media, em Novembro e cobertura da sessão de encerramento, em Dezembro;

1.6. BANCO DE IMAGENS

O Banco de Imagens da OE foi melhorado com as fotografias captadas essencialmente em eventos organizados pela OE.

1.7. RESENHAS DE IMPRENSA

Disponibilização assídua de resenhas de imprensa formulada a partir do serviço contratado. As resenhas foram divulgadas através do site e de e-mail. Todas as notícias em que a OE foram devidamente arquivadas.

2. GESTÃO DE RECURSOS

2.1. RECURSOS HUMANOS

Foi decidido dar início ao trabalho de reestruturação das carreira dos colaboradores para entrar em vigor em Janeiro de 2009, actualizando-se este ano apenas as situações pontuais decorrentes de alteração do conteúdo funcional e/ou acréscimo de responsabilidade;
Para o desenvolvimento do enquadramento laboral dos colaboradores foi decidido efectuar estudo sobre modelo organizacional da OE, adjudicado a um grupo de Trabalho de peritos que se encontra em curso ;
Realização de Encontro com os colaboradores das secções regionais e sede nacional que decorreu no dia 12 de Abril, na Secção Regional do Centro e que teve como objectivo informar os colaboradores para implementação de novas ferramentas informáticas facilitadoras na área da gestão de membros.

2.2. RECURSOS MATERIAIS

Reestruturação da rede informática tendo em vista aumentar a capacidade de armazenamento e melhorar a comunicação interna:
Substituição de servidores de domínio e base de dados na Sede e dos servidores das Secções Regionais.
Efectuada a actualização de software e a integração num único domínio.

Instalação de novo aplicativo para procedimentos contabilísticos visando agilizar serviços com economia de esforço de pessoal, economia de papel e informação atempada e disponível.
Reformulação do parque informático da Sede com a aquisição de equipamentos. Esta aquisição de material permitiu melhores condições de trabalho;
Reorganização do arquivo da documentação da Sede, dada a dificuldade de espaço na Sede, risco de incêndio e excesso de peso, foi feita a sua guarda em local apropriado com aquisição de serviços externos

II. ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

1. GESTÃO DE MEMBROS

Realizaram-se, ao longo do ano, diversos procedimentos relativos à gestão de membros com especial relevância para os seguintes movimentos:

Cancelamento	Suspensão	Altar. morada	Informação	Revalidação Céd. Prof.	Averbamento	2.ªVia Céd.Prof.	Alter. nome	Transf. Processo	Actual. dados	Reactivação	Total
200	**679**	**769**	**313**	**148**	**383**	**304**	**163**	**452**	**57**	**30**	**3498**

1.1. INSCRIÇÕES

No ano de 2008, foram admitidos, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, 3593 membros registando-se, em relação ao ano anterior, uma redução do número de enfermeiros admitidos (menos 263).
Com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão foram arquivados 27 processos.
Releve-se que, a 31 de Dezembro, a OE regista 56859 membros activos.

1.2. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

No cumprimento do regulamento aprovado em Assembleia-Geral, foi efectuada, no final de 2008, a revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada a 31 de Dezembro.

1.3. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

TÍTULOS ATRIBUÍDOS: **4249***
ENFERMEIRO – **3488**
ENFERMEIRO ESPECIALISTA - **761**

CEEC	114
CEESMO	175
CEESIP	123
CEESMP	79
CEER	179
CEEMC	91

*Valores referents ao mandato iniciado em 21de Janeiro de 2008

Foram analisadas 37 avaliações curriculares, das quais 19 tiveram parecer favorável e 8 não favorável, 13 aguardam resposta a pedido de informações por parte da Comissão de Cuidados Gerais.

2. EMISSÃO DE PARECERES

2.1. SOBRE A MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENFERMAGEM

TOTAL DE PARECERES

	Pareceres	
	Aprovados	Pendentes[(a)]
CE	83	-
CCG	10	12
CF	21	1
CEEC	7	2
CEESMO	18	10
CEESIP	12	1
CEESMP	6	-
CEER	7	-
CEEMC	9	-

(a) considerando a distribuição de 04.12.2008

PARECERES SOBRE OS PLANOS DE ESTUDOS DE CPLEE.

	Planos CPLEE	
	Parecer	Pendentes
CE	14	-
CCG	-	-
CF	14	(b)
CEEC	4	-
CEESMO	-	1
CEESIP	-	-
CEESMP	4	-
CEER	5	-
CEEMC	5	-

(b) pedidos elementos ás Escolas)

2.2. SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A DEONTOLOGIA

No âmbito da sua competência enunciada na alínea h) do nº 1 do artigo 25º do EOE, o Conselho Jurisdicional, emitiu um conjunto de Pareceres relativos à interpretação da Deontologia Profissional de Enfermagem e a sua aplicação a situações concretas, colocadas pelos colegas, relativas ao seu exercício profissional. A par da resposta a pedidos dos membros, foram também emitidos Pareceres solicitados pelos outros órgãos da Ordem, nomeadamente para apreciação prévia da legalidade e conformidade com a Ética e Deontologia profissionais, de decisões futuras no âmbito das suas competências ou de apreciação de documentos de interesse para a profissão.
No total, foram emitidos durante o ano de 2008, 85 Pareceres, destacando-se como predominantes as seguintes áreas: incompatibilidades, condições do exercício e transmissão da informação.

Do conjunto deste Pareceres, destacamos o relativo às competências do enfermeiro especialista no domínio da prática ética, deontológica e legal, solicitado pelo Conselho de Enfermagem e o relativo às necessidades de formação dos enfermeiros na área ética e deontológica, solicitado pela Comissão de Formação. Ambos os Pareceres foram realizados com recurso a constituição de grupos de trabalho criados para o efeito, constituídos por membros do CJ, por impossibilidade de resposta devido ao volume de trabalho, através dos procedimentos normais na segunda secção.

Relevamos o facto de que este trabalho de emissão de Pareceres é quase exclusivamente realizado sem recurso a trabalho profissionalizado (exclui-se a participação em alguns Pareceres do assessor jurídico, que é colaborador profissional da Ordem), o que justifica o tempo demorado de elaboração e aprovação de alguns Pareceres.

2.3. ACONSELHAMENTO NO ÂMBITO DO SIGILO PROFISSIONAL

O pedido de "aconselhamento deontológico e jurídico" para decisões de Enfermagem no âmbito do dever de sigilo profissional, encontra-se consagrado como dever para todos os enfermeiros, na alínea c) do artigo 85º do EOE. A operacionalização deste dever não se encontra ainda regulamentado pela Ordem, mantendo este CJ, as práticas anteriores, que considerou como boas. Em concreto, manteve-se o aconselhamento telefónico dado pelo presidente do órgão, a todos os colegas que o contactaram. Todavia, face ao número crescente de pedidos ao longo do ano e ao surgimento de pedidos pelos colegas ou pelos tribunais de aconselhamento face a eventual quebra de sigilo no âmbito de investigações criminais (em aplicação do artigo 135º do Código do Processo Penal, que atribui competência à Ordem de emitir parecer neste domínio), iniciou-se o aconselhamento escrito para o processo de tomada de decisão inerente ao dever de sigilo. No total foram emitidos 8 aconselhamentos, por solicitação dos enfermeiros ou dos tribunais, tendo esse aconselhamento sido acatado pelas autoridades judiciais.

Este novo procedimento resultou de um período de reflexão e discussão pelo Conselho Jurisdicional durante este ano de 2008, tendo em conta a doutrina escrita sobre o assunto. Consideramos que o trabalho realizado neste domínio, constituiu um passo significativo na fundamentação para a futura regulamentação deste dever.

2.4. DELIBERAÇÕES SOBRE PEDIDOS DE RENÚNCIA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MEMBROS DE ÓRGÃOS DA ORDEM

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 25º do EOE, compete ao CJ a deliberação sobre pedidos de renúncia ou suspensão temporária de membros de órgão da Ordem.
Neste ano de 2008, foram apreciados e deliberados 4 pedidos de renúncia e 1 pedido de suspensão temporária.

2.5. EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR

Damos conta, neste capítulo, do trabalho realizado no âmbito da competência enunciada na alínea b) do nº 1 do artigo 25º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros (EOE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 104/98 de 21 de Abril, relativa à "decisão final sobre todos os procedimentos disciplinares".

2.5.1. PROCESSOS DISCIPLINARES TRANSITADOS DO MANDATO ANTERIOR.

Os Processos Disciplinares relativos ao não pagamento de quotas, transitaram do mandato anterior, devido ao regular andamento dos prazos processuais.

QUADRO 1 – Distribuição dos PDs transitados do mandato anterior, por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas).

CJ	PD decididos em 2008	108
	PD em tramitação	28
	Total de PDs transitados	136

Os Processos Disciplinares relativos a eventual violação dos deveres profissionais, transitaram do mandato anterior, devido ao regular andamento dos prazos processuais.

QUADRO 2 – Distribuição dos PDs transitados do mandato anterior, relativos a legis artis.

CJ	PD decididos em 2008	5
	PD em tramitação	2
	Total de PDs transitados	7

2.5.2. PROCESSOS DISCIPLINARES ENTRADOS EM 2008.

Em 2008 e mantendo-se a tendência verificada dos últimos anos, verificamos que existe um número significativo de processos por não pagamento de quotas.

QUADRO 3 – Distribuição dos PDs, entrados em 2008, por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas).

CJ	PD decididos em 2008	93
	PD em tramitação	34
	Total de PDs entrados em 2008	127

Neste ano, relativamente a processos relativos a legis artis, os dados são os seguintes:

QUADRO 4 – Distribuição dos PDs, entrados em 2008, relativos a legis artis.

CJ	PD decididos em 2008	0
	PD em tramitação	9
	Total de PDs entrados em 2008	9

2.5.3. TOTAL DE PROCESSOS DISCIPLINARES (TRANSITADOS DO MANDATO ANTERIOR E ENTRADOS EM 2008)

Para uma análise mais detalhada, apresentamos os dados relativos aos Processos Disciplinares segundo a pena aplicada e distribuídos por Secção Regional.

QUADRO 5 – Distribuição dos PDs por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas),segundo pena aplicada:

Distribuição dos Processos Disciplinares por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE em função da conclusão			
CONCLUSÃO		***N.º***	***%***
Arquivados		**99**	**68**
Absolvidos			
Sancionados	**Advertência**		
	Censura Escrita	**33**	**23**
	Censura Escrita com suspensão da pena	**12**	**8**
	Suspensão do Exercício Profissional	**2**	**1**
Em curso/Pendentes		**114**	
TOTAL DE PROCESSO CONCLUÍDOS		**146**	**100**

QUADRO 6 – Distribuição dos PDs por violação da alínea m) do artigo 76º do EOE (Quotas), por secção Regional e segundo pena aplicada.

Secção Regional	Despacho de Arquivamento		Absolvidos		Sancionados				Sancionados	
					Censura Escrita		Censura Escrita Suspensa		Suspensão Exercício Profissional	
Norte	11	11,1%	1	33,3%	3	9,1 %	5	41,7%	-	-
Centro	8	8,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	71	71,7%	2	66,6%	30	90,9%	7	58,3%	2	100%
Madeira	3	3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Açores	6	6,1%								
Totais	99		3		33		12		2	

Quadro 7 – Distribuição dos PDs, relativos a *legis artis,* por pena aplicada.

Distribuição dos Processos Disciplinares relativo a *legis artis* , em função da conclusão			
CONCLUSÃO		*N.º*	*%*
Arquivados		-	
Absolvidos		-	
Sancionados	Advertência	1	20 %
	Censura Escrita	2	40 %
	Censura Escrita com suspensão da pena		
	Suspensão do Exercício Profissional	2	20 %
Em curso/Pendentes		11	
TOTAL DE PROCESSO CONCLUÍDOS		5	100

Quadro 8 – Distribuição dos PDs, relativos a *legis artis,* por Secção Regional e segundo pena aplicada.

Secção Regional	Despacho de Arquivamento		Absolvidos		Sancionados				Sancionados	
					Advertência Escrita		Censura Escrita		Suspensão Exercício Profissional	
Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	%
Centro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20%
Sul	-	-	-	-	-	-	2	40%		
Madeira	-	-	-	-						
Açores					1	20%			1	20 %
Totais	-		-		1		2		2	

2.5.4. RECURSOS RELATIVOS A PROCESSOS DISCIPLINARES

No que se refere aos Recursos relativos a decisões regionais ou nacionais sobre procedimentos disciplinares, dos 7 entrados, foram decididos 6 e 1 encontra-se em tramitação.

2.5.5. NORMALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À NOTIFICAÇÃO EDITAL

A notificação por edital para os casos em que as outras formas de notificação não se mostrar eficaz, está prevista no nº3 do artigo 66º do EOE, de acordo com os princípios e as normas gerais do Direito.
Tendo em conta a impossibilidade verificada de notificar alguns enfermeiros em sede de procedimentos disciplinares e após a necessária reflexão ética e deontológica sobre o assunto, foram normalizados os procedimentos internos para a concretização da notificação edital e informados todos os órgãos regionais e nacionais da Ordem.

2.5.6. ASSESSORIA JURÍDICA

A assessoria jurídica do Conselho Jurisdicional tem-se revelado suficiente e adequada. Todavia, a falta de uma base de dados e um programa para gestão dos PDs, tem dificultado o trabalho, pelo que se revela urgente a sua criação.

2.6. PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Conselho Jurisdicional, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 25º do EOE "instaurar procedimentos de execução aos enfermeiros com quotas em dívida".

Este trabalho de prosseguir os processos de execução (realizados pelos tribunais próprios), manteve-se a cargo da assessora jurídica do CJ em articulação com o Conselho Directivo.

No final do ano de 2008, o ponto da situação é o seguinte: 35 processos resolvidos; 16 sentenças condenatórias estão prontas para execução; 28 casos estão prontos para processo de execução; 52 casos estão pendentes por desconhecimento do paradeiro dos executados.

3. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Tal como em anos anteriores, o envio da correspondência para os membros da Ordem dos Enfermeiros continua a constituir uma fatia muito significativa do volume de trabalho, acometido ao sector administrativo.

Foi mantida a preocupação na minimização dos custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

Em termos globais foram registadas 11775 entradas de documentos, com uma média mensal de 981 documentos.
Foram ainda registadas 2162 entradas de cheques/vales de correio para pagamento de quotas.

Foram registadas 8697 saídas de documentos, com uma média mensal de 725 documentos, não sendo aqui contabilizados os mailings.
Do total de saídas registadas, 797 foram registadas com aviso de recepção.

Foram enviados 792348 documentos, entre facturas, revistas, postais de natal e outra correspondência inerente à actividade da Ordem.

Foram registadas 6548 devoluções de correspondência com uma média mensal de 545,87. De entre os motivos que originam maior volume de devoluções destacam-se: alteração de morada com 2822 devoluções, recusada pelo remetente com 267 e endereço insuficiente/desconhecido com 798. Verificando-se um acréscimo em relação ao ano de 2007 de 17,41%.

4. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente, reunindo de acordo com o estipulado no estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

4.1. CONSELHO DIRECTIVO

Ao longo do ano, o CD reuniu ordinariamente por 22 vezes, realizando ainda mais 7 reuniões extraordinárias.

O CD promoveu, um EO no mês de Fevereiro no Vimeiro, com a finalidade de se conhecerem os Órgãos e preparação do plano de acção (2008-2011)

4.1.1. COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS - CAR

Neste 1º ano do mandato realizaram-se 5 reuniões da CAR, sendo que a 1ª teve lugar na Sede Nacional, em Lisboa, a 2ª na sede da Secção Regional do Norte, a 3ª na sede da Secção Regional do Centro, e a 4ª e 5ª reunião na sede Nacional, em Lisboa. Destacamos como principais áreas trabalhadas: Membros com Quotização em Atraso; Revalidação da Cédula Profissional; Desconto Directo no Vencimento; Reembolso de Despesas.

4.2. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal reuniu 3 vezes para proceder à análise das Actas do Conselho Directivo e das contas da Ordem dos Enfermeiros assim como para emissão de pareceres sobre o Relatório e contas e o Plano de Actividades e Orçamento.

4.3. CONSELHO JURISDICIONAL

O CJ agendou as reuniões necessárias para o planeamento e para a avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão, promovidos por este órgão, e para decisão final em processos disciplinares. Foram realizadas 10 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias do Plenário. 10 Reuniões da primeira secção e 10 Reuniões da segunda secção.

4.4. CONSELHO DE ENFERMAGEM

Realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo estas reuniões temáticas e de resposta a solicitação urgente.

Reuniões		
	Ordinárias	Extraordinárias
CE	**9**	**4**
CCG	11	0
CF	9	0
CEEC	9	0
CESMO	10	6
CEESIP	11	2
CESMP	11	2
CEER	8	1
CEEMC	10	1
Total	**88**	**16**

Em termos médios, por mês, 9 reuniões ordinárias, das 8 comissões e do CE.

Articulação CE e Comissões agilizada por meio de correio electrónico. Distribuição conjunta de pareceres.

Foram identificadas e reportadas algumas dificuldades de comunicação inter-orgãos e serviços que deverão merecer atenção e correcção futura.

III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2008, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Resultado Líquido do Exercício de 2008 cifrou-se em € 1421,41, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de Orçamento.

PROVEITOS

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas Secções Regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, no sentido da manutenção de uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

€

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Liquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores (*)	139 240.20	191 223.58	(51 983.38)
Secção Regional Centro	1 077 733.36	323 320.00	754 413.36
Secção Regional Madeira (**)	167 529.56	149 893.21	17 636.35
Secção Regional Norte	1 587 293.40	476 188.02	1 111 105.38
Secção Regional Sul	2 009 920.88	602 976.26	1 406 944.62
TOTAL	**4 981 717.40**	**1 743 601.07**	**3 238 116.33**

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3% da facturação global
(**)A percentagem para a Secção Regional incorpora 2% da facturação global

€

Proveitos	Total Realizado 2008	Valor Orçamentado -2008
Proveitos Associativos		
Quotizações	**4 981 717.40**	**4 866 787.20**
Emolumentos	22 413.64	40 000.00
Proveitos Suplementares	16 515.45	50 000.00
Subsídios	15 085.93	0.00
Outros Proveitos Operacionais	16 657.75	2 500.00
Proveitos Financeiros	119 529.42	100 000.00
Proveitos Extraordinários	72 972.99	7 500.00
TOTAL	**5 244 892.58**	**5 066 787.20**

PROVEITOS

O Total Realizado diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Realizado Líquido – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos.

Os **Subsídios** são relativos à Biblioteca Móvel.

Os **Outros Proveitos Operacionais** são constituídos pela comparticipação das secções com as Bibliotecas Móveis.

Os **Proveitos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a donativos, patrocínios e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos do exercício totalizaram € 5 243 471.17, conforme o quadro seguinte:

€

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Custo Matérias Vendidas	0.00	3 220.90	
Fornecimentos e serviços externos	2 354 742.99	2 213 486.85	-6,0%
Impostos	22 500.00	29 529.04	31,2%
Custos com o pessoal	553 252.93	471 311.01	-14,8%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 703 375.52	1 743 601.07	2,4%
Outros custos e perdas operacionais	50 000.00	214 415.46	328,8%
Amortizações	97 000.00	104 422.96	7,6%
Custos e perdas financeiras	250 000.00	295 193.02	18,1%
Custos e perdas extraordinárias	35 000.00	168 290.86	380,8%
TOTAL	**5 065 871.44**	**5 243 471.17**	**3,5%**

CUSTOS

CUSTO DAS MATÉRIAS VENDIDAS

Corresponde ao custo das vendas de Material de divulgação da Ordem, sujeito a IVA, no último trimestre do ano.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos**,** por reflectir na mesma todas as actividades do Plano.

Dentro destes custos assume especial relevância a Comunicação, da qual 85% são relativos aos encargos com os correios para informação aos membros.

Assim como as Deslocações e Estadias, rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos Sociais Nacionais, Grupos de Trabalho, Comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Também os Trabalhos Especializados assumem especial importância, incluindo os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo Multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional, e ainda aos Juros dos empréstimos centralizados na Sede Nacional.

CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

Os Custos Extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam, que ocasionaram a sua contabilização já em 2008.

Análise da Situação Financeira e Patrimonial

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

€

Imobilizações	Orçamentado	Realizado	Variação
Imobilizações corpóreas			
Equipamento administrativo	25 000.00	1 759.68	-93,0%
Equipamento informático	252 475.00	60 486.96	-76,0%
Outras imobilizações corpóreas	10 000.00	17 322.00	73,2%
Total	**287 475.00**	**79 568.64**	**-72.3%**

Tendo em conta o artigo 96º dos Estatutos, o Fundo de Reserva totaliza € 984 444.08 o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em € 284.28.

Lisboa,24 de Fevereiro de 2009

O Conselho Directivo

BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DO EXERCÍCIO DE 2008

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 21 DE MARÇO DE 2009

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2008, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

Análise da Situação Económica

O Resultado Líquido do Exercício de 2008 cifrou-se em € 1421,41, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de Orçamento.

PROVEITOS

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas Secções Regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, no sentido da manutenção de uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

€

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Liquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores (*)	139 240.20	191 223.58	(51 983.38)
Secção Regional Centro	1 077 733.36	323 320.00	754 413.36
Secção Regional Madeira (**)	167 529.56	149 893.21	17 636.35
Secção Regional Norte	1 587 293.40	476 188.02	1 111 105.38
Secção Regional Sul	2 009 920.88	602 976.26	1 406 944.62
TOTAL	**4 981 717.40**	**1 743 601.07**	**3 238 116.33**

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3% da facturação global
(**)A percentagem para a Secção Regional incorpora 2% da facturação global

€

Proveitos	Total Realizado 2008	Valor Orçamentado -2008
Proveitos Associativos		
Quotizações	**4 981 717.40**	**4 866 787.20**
Emolumentos	22 413.64	40 000.00
Proveitos Suplementares	16 515.45	50 000.00
Subsídios	15 085.93	0.00
Outros Proveitos Operacionais	16 657.75	2 500.00
Proveitos Financeiros	119 529.42	100 000.00
Proveitos Extraordinários	72 972.99	7 500.00
TOTAL	**5 244 892.58**	**5 066 787.20**

PROVEITOS

O Total Realizado diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Realizado Líquido – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos.

Os **Subsídios** são relativos à Biblioteca Móvel.

Os **Outros Proveitos Operacionais** são constituídos pela comparticipação das secções com as Bibliotecas Móveis.

Os **Proveitos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a donativos, patrocínios e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos do exercício totalizaram € 5 243 471.17, conforme o quadro seguinte:

€

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Custo Matérias Vendidas	0.00	3 220.90	
Fornecimentos e serviços externos	2 354 742.99	2 213 486.85	-6,0%
Impostos	22 500.00	29 529.04	31,2%
Custos com o pessoal	553 252.93	471 311.01	-14,8%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 703 375.52	1 743 601.07	2,4%
Outros custos e perdas operacionais	50 000.00	214 415.46	328,8%
Amortizações	97 000.00	104 422.96	7,6%
Custos e perdas financeiras	250 000.00	295 193.02	18,1%
Custos e perdas extraordinárias	35 000.00	168 290.86	380,8%
TOTAL	**5 065 871.44**	**5 243 471.17**	**3,5%**

CUSTOS

Custo das Matérias Vendidas

Corresponde ao custo das vendas de Material de divulgação da Ordem, sujeito a IVA, no último trimestre do ano.

Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos**,** por reflectir na mesma todas as actividades do Plano.

Dentro destes custos assume especial relevância a Comunicação, da qual 85% são relativos aos encargos com os correios para informação aos membros.

Assim como as Deslocações e Estadias, rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos Sociais Nacionais, Grupos de Trabalho, Comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Também os Trabalhos Especializados assumem especial importância, incluindo os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

Custos e Perdas Financeiras

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo Multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional, e ainda aos Juros dos empréstimos centralizados na Sede Nacional.

Custos e Perdas Extraordinárias

Os Custos Extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam, que ocasionaram a sua contabilização já em 2008.

Análise da Situação Financeira e Patrimonial

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

€

Imobilizações	Orçamentado	Realizado	Variação
Imobilizações corpóreas			
Equipamento administrativo	25 000.00	1 759.68	-93,0%
Equipamento informático	252 475.00	60 486.96	-76,0%
Outras imobilizações corpóreas	10 000.00	17 322.00	73,2%
Total	**287 475.00**	**79 568.64**	**-72.3%**

Tendo em conta o artigo 96º dos Estatutos, o Fundo de Reserva totaliza € 984 444.08 o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em € 284.28.

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercicio: 2008 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2008			ANTERIOR
		AB	AA	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	35 824.20	35 824.20	0.00	0.00
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	35 824.20	35 824.20	0.00	0.00
421	Terrenos e recursos naturais	365 588.30		365 588.30	365 588.30
422	Edificios e outras construções	1 141 076.36	158 621.59	982 454.77	1 005 249.94
423	Equipamento básico	31 202.44	31 202.44	0.00	0.00
426	Equipamento administrativo	799 217.05	677 656.11	121 560.94	133 992.45
429	Outras imobilizações corpóreas	91 073.00	52 258.11	38 814.89	28 442.53
		2 428 157.15	919 738.25	1 508 418.90	1 533 273.22
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO .	2 463 981.35	955 562.45	1 508 418.90	1 533 273.22

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercicio: 2008 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2008			ANTERIOR
		AB	AA	AL	AL
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
32	Mercadorias.	21 587.58		21 587.58	0.00
		21 587.58		21 587.58	0.00
	Dividas de terceiros - Medio e longo prazo:				
218	Clientes de cobrança duvidosa.			0.00	0.00
		0.00		0.00	0.00
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c	1 830 508.36		1 830 508.36	1 932 593.62
229	Adiantamentos a fornecedores	13 819.15		13 819.15	17 226.14
262/6/7/8+221	Outros devedores	3 728 388.44		3 728 388.44	4 227 286.21
		5 572 715.95		5 572 715.95	6 177 105.97
	TITULOS NEGOCIAVEIS:				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis	298 238.01		298 238.01	295 997.10
		298 238.01		298 238.01	295 997.10
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.	3 298 965.86		3 298 965.86	3 455 120.00
11	Caixa.	1 995.20		1 995.20	1 995.20
		3 300 961.06		3 300 961.06	3 457 115.20
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.	7 154.16		7 154.16	0.00
272	Custos diferidos	63 387.92		63 387.92	51 703.89
		70 542.08		70 542.08	51 703.89
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.		955 562.45		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS				
	TOTAL DO ACTIVO	**11 728 026.03**	**955 562.45**	**10 772 463.58**	**11 515 195.38**

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercicio: 2008 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2008	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social	2 718 600.65	2 305 992.87
55	Ajustamento partes capital		0.00
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas Estatutárias	984 444.08	983 889.28
574 a 579	Outras Reservas	944 879.59	944 879.59
59	Resultados transitados	2 179 632.16	2 119 425.28
	Subtotal	6 827 556.48	6 354 187.02
88	Resultado liquido do exercicio	1 421.41	2 774.00
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	6 828 977.89	6 356 961.02
	PASSIVO:		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito	3 294 783.86	3 336 385.36
221	Fornecedores c/c	28 392.96	228 459.26
252	Secções Regionais	513 047.68	681 224.82
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	2 722.50	48 997.72
24	Estado e outros entes publicos	25 786.59	12 574.86
262+263+264+265+	Outros credores	25 398.16	798 787.73
		3 890 131.75	5 106 429.75
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	53 353.94	51 804.61
274	Proveitos diferidos		
	TOTAL DO PASSIVO	3 943 485.69	5 158 234.36
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	**10 772 463.58**	**11 515 195.38**

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercicio: 2008 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS		EXERCICIOS			
		2008		ANTERIOR	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas		3 220.90		
62	Fornecimentos e servicos externos		2 213 486.85		2 354 742.99
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes	388 476.61		351 802.19	
643+644	Pensoes				
645/8	Outros.	82 834.40		69 766.50	
			471 311.01		421 568.69
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo	104 422.96		97 002.82	
67	Provisoes		104 422.96		97 002.82
63	Impostos.	29 529.04		30 037.78	
65	Outros custos e perdas operacionais	1 958 016.53	1 987 545.57	1 801 853.36	1 831 891.14
	(A)		4 779 987.29		4 705 205.64
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
	Juros e custos similares	295 193.02	295 193.02	246 024.79	246 024.79
	(C)		5 075 180.31		4 951 230.43
69	Custos e perdas extraordinarios		168 290.86		75 267.42
	(E)		5 243 471.17		5 026 497.85
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio				
	(G)		5 243 471.17		5 026 497.85
88	Resultado liquido do exercicio		1 421.41		2 774.00
			5 244 892.58		5 029 271.85
	PROVEITOS E GANHOS				
72	Proveitos Associativos	5 004 131.04	5 004 131.04	4 755 545.54	4 755 545.54
73	Proveitos suplementares	16 515.45		41 216.56	
74	Subsidios a exploracao	15 085.93		17 450.00	
76	Outros proveitos operacionais	16 657.75		59 070.92	
			48 259.13		117 737.48
	(B)		5 052 390.17		4 873 283.02
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
784	Rendimentos de participacao de capital				
	Outros juros e proveitos similares	119 529.42	119 529.42	142 876.11	142 876.11
	(D)		5 171 919.59		5 016 159.13
79	Proveitos e ganhos extraordinarios		72 972.99		13 112.72
	(F)		5 244 892.58		5 029 271.85

	RESUMO		
	Resultados operacionais: (B)-(A)=	**272 402.88**	**168 077.38**
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=	**-175 663.60**	**-103 148.68**
	Resultados correntes: (D)-(C)=	**96 739.28**	**64 928.70**
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=	**1 421.41**	**2 774.00**
	Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=	**1 421.41**	**2 774.00**

ANEXO AO BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DO EXERCÍCIO DE 2008

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 21 DE MARÇO DE 2009

ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptado à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.
As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2008 foi de 24 empregados.

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	35 824.20					35 824.20
Total	35 824.20					35 824.20
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	365 588.30					365 588.30
Edifícios e outras construções	1 141 076.36					1 141 076.36
Equipamento básico	31 202.44					31 202.44
Equipamento administrativo	736 970.41		62 246.64			799 217.05
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	73 751.00		17 322.00			91 073.00
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2 348 588.51		79 568.64			2 428 157.15

b) Amortizações e Ajustamentos

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	35 824.20			35 824.20
Total	35 824.20			35 824.20
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	135 826.42	22 795.17		158 621.59
Equipamento básico	31 202.44			31 202.44
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	602 977.96	74 678.15		677 656.11
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	45 308.47	6 949.64		52 258.11
Total	644 864.91	104 422.96		919 738.25

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	2 305 992.87	412 607.78		2 718 600.65
57 - Reservas				
572 - Reservas Estatutárias	983 889.28	554.80		984 444.08
574 - Reservas Livres	944 879.59			944 879.59
59 - Resultados transitados	2 119 425.28	60 761.68	554.80	2 179 632.16
88 - Resultado líquido do exercício	2 774.00	1 421.41	2 774.00	1 421.41
Total	6 356 961.02	475 345.67	3 328.80	6 828 977.89

44 – Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	4 981 717.40
Emolumentos	22 413.64
Total	**5 004 131.04**

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2008	2007		2008	2007
681-Juros suportados	132 163.11	152 050.25	781-Juros obtidos	119 529.42	130 379.60
			784 - Rendimento. Part. Capital		12 496.51
688-Outros custos e perdas financeiros	163 029.91	93 974.54	788-Outros proveitos e ganhos financeiros		
Resultados financeiros	**-175 663.60**	**-103 148.68**			
Total	119 529.42	142 876.11	Total	119 529.42	142 876.11

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2008	2007		2008	2007
691-Donativos	4 770.64	1 854.96			
695 - Multas e penalidades	399.64				
697-Correcções relativas a exercícios anteriores	163 120.58	71 496.65	797-Correcções relativas a exercícios anteriores	485.23	3 572.35
698-Outros custos e perdas extraordinários		1 915.81	798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	72 487.76	9 540.37
Resultados extraordinários	**-95 317.87**	**-62 154.70**			
Total	72 972.99	13 112.72	Total	72 972.99	13 112.72

48 - Outras informações

a) *Acréscimos e diferimentos*

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2008:

(euros)

Custos diferidos	
Seguros	32 617.53
Contratos de Manutenção	268.06
Conservação e Reparação de Imóveis	30 281.93
Outros Custos Diferidos	220.40
Total	63 387.92

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	52 161.84
Fornecedores	1 072.57
Outros Acréscimos de Custos	119.53
Total	53 353.94

Acréscimos de Proveitos	
Juros a receber	7 154.16
Total	7 154.16

O Técnico Oficial de Contas

António Campos Pires Caiado
TOC Nº 93

O Conselho Directivo

Conselho Fiscal

Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas do ano 2008

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano 2008, elaborado pelo Conselho Directivo.

Tomámos conhecimento dos actos de gestão do Conselho Directivo, e em ordem a uma mais fundamentada elaboração do seu parecer, o Conselho Fiscal solicitou ao Conselho Directivo todas as informações que considerou necessárias, tendo obtido todas as informações e esclarecimentos solicitados, e que nesta oportunidade agradecemos.

Verificámos o Balanço a 31 de Dezembro de 2008, a Demonstração de Resultados e os respectivos Anexos, assim como que os critérios adoptados na preparação das contas estão de acordo com as normas legais em vigor e que reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Ordem, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Da análise do Relatório e Contas de 2008, adicionada dos elementos e informações complementares obtidos, **o Conselho Fiscal é de parecer que merecem a aprovação dos membros, quer o Relatório de Actividades quer as Contas em 31 de Dezembro de 2008, da Ordem dos Enfermeiros, apresentados à Assembleia Geral pelo Conselho Directivo.**

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2009

O Conselho Fiscal

ERRATA

[Relatório e Contas de 2008]

1) Tendo-se verificado que são utilizadas no texto siglas que não constam do quadro de siglas das pags. 4 e 5, publica-se na integra o quadro completo de siglas:

SIGLAS

AAAGQES – **AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR**
AAM – **AUXILIARES DE ACÇÃO MÉDICA**
ACENDIO – **ASSOCIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICOS, INTERVENÇÕES E RESULTADOS DE ENFERMAGEM EUROPEUS COMUNS**
ACS – **AGRUPAMENTOS DE CENTOS DE SAÚDE**
ACES – **AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE**
ACSS – **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE**
AG – **ASSEMBLEIA GERAL**
APEDT – **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENFERMEIROS DE DIÁLISE E TRANSPLANTAÇÃO**
APEEPH – **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENFERMEIROS DE EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR**
APEER – **ASSOCIAÇÃO DE ENFERMEIROS DE ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO**
AR – **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**
ARS – **ADMINISTRAÇÃO(ÕES) REGIONAL(AIS) DE SAÚDE**
BD – **BASE DE DADOS**
BM – **BIBLIOTECA MÓVEL**
CA – **CONSELHO(S) DE ADMINISTRAÇÃO**
CARED – **COMISSÃO DE APOIO À REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA**
CCI – **CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
CD – **CONSELHO DIRECTIVO**
CDA – **CÓDIGO DEONTOLÓGICO ANOTADO**
CE – **CONSELHO DE ENFERMAGEM**
CEEC – **COMISSÃO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIA**
CER – **CONSELHOS DE ENFERMAGEM REGIONAIS**
CEESIP – **COMISSÃO DE ESPECIALIDADE DE ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIÁTRICA**
CIPE – **CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM**
CNIS – **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE**
CRC – **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE**
CIPE – **CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO**
CJ – **CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM**
CNO – **CONSELHO JURISDICIONAL**
CNOP – **ASSESSOR MINISTERIAL DE ENFERMAGEM (DO INGLÊS, CHIEF NURSING OFFICER)**
CPLP – **CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS**
CRC – **CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO**
CSP – **CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO**
DGES – **CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS**

DGS – **DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR**
DIE – **DIA INTERNACIONAL DO ENFERMEIRO**
DPOC – **DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÓNICA**
ECL'S – **EQUIPAS COORDENADORAS LOCAIS**
EFN – **EUROPEAN FEDERATION OF NURSES ASSOCIATIONS [FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS]**
EFNNMA – **FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA**
EGA'S – **EQUIPAS DE GESTÃO DE ALTAS**
ERS – **ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE**
ESEP – **ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE PORTALEGRE**
ESMO – **ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA**
ESMP – **ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA**
FEPI – **FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM**
FIL – **FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA**
FNAEE – **FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM**
FNOPE – **FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS**
GAIRNCCI/EPEL – **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM LARES**
GAP – **GABINETE DE ANÁLISE E PLANEAMENTO**
GRI – **GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
HORATIO – **ENFERMEIROS DE PSIQUIATRIA DA EUROPA**
HPCB – **HEALTH PROFESSIONALS CROSSING BORDERS**
ICM – **INTERNATIONAL COUNCIL OF MIDWIFERY**
ICN – **INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES**
IDT – **INSTITUTO DA DROGA E TOXICODEPENDÊNCIA**
INEM – **INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA**
INSA – **INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE**
IPAD – **INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO**
IPSS – **INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**
LPM – **LIDERANÇA PARA A MUDANÇA**
MDP – **MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**
MS – **MINISTÉRIO DA SAÚDE**
MCTES – **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**
MTSS – **MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL**
OE – **ORDEM DOS ENFERMEIROS**
OOECSP – **OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS**
PALOP'S – **PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**
PEEE – **PLANO ESTRATÉGICO DO ENSINO DE ENFERMAGEM**
PNAE – **ASSOCIAÇÕES DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA DA EUROPA**
PNS – **PLANO NACIONAL DE SAÚDE**
PNSM – **PLANO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL**
PQ – **PADRÕES DE QUALIDADE**
RNCCI – **REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
RMDE – **RESUMO MÍNIMO DE DADOS DE ENFERMAGEM**
ROE – **REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIRO**
SAM – **SISTEMA DE APOIO MÉDICO**
SAPE – **SISTEMA DE APOIO À PRÁTICA DE ENFERMAGEM**
SCD/E – **SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DE DOENTES EM ENFERMAGEM**
SIE – **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM**

SIS – **SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE**
SMO – **SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA**
SMP – **SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA**
SNS – **SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**
SR – **SECÇÃO REGIONAL**
SRC – **SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO**
SRN – **SECÇÃO REGIONAL DO NORTE**
SRS – **SECÇÃO REGIONAL DO SUL**
UCC – **UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE**
UMCCI – **UNIDADE DE MISSÃO PARA OS CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
UMCSP – **UNIDADE DE MISSÃO PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS**
USF – **UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR**
VMER – **VIATURA MÉDICA DE EMERGÊNCIA E REANIMAÇÃO**
WENR – **GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA**
WHO ou OMS – **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**
WHPA – **WORLD HEALTH PROFESSIONS ALLIANCE**

2) Pag.17 – 4.2.2 – Aonde se lê " O Enfº António Manuel" deverá ler-se "O Enfº António Manuel Silva"

3) PAG.24 – Aonde se lê:

"**RESENHAS DE IMPRENSA**
Disponibilização assídua de resenhas de imprensa formulada a partir do serviço contratado. As resenhas foram divulgadas através do site e de e-mail. Todas as notícias em que a OE foram devidamente arquivadas. "

DEVERÁ LER-SE:

" **RESENHAS DE IMPRENSA**
Disponibilização assídua de resenhas de imprensa formulada a partir do serviço contratado. As resenhas foram divulgadas através do site e de e-mail. Todas as notícias em que a OE foi mencionada foram devidamente arquivadas. "